

Educação que não cai na prova

Santa Catarina ocupa o segundo lugar brasileiro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade do ensino nas escolas, mas nem chegou a atingir a meta proposta pelo Ministério da Educação. Para conseguir um Índice igual a de países desenvolvidos, professores e alunos da rede estadual

sofrem pressão e treinam as questões da prova usada para definir o Ideb. Escolas que conseguiram bons resultados no indicador, em cinco regiões do estado, trabalham com turmas grandes, têm rotatividade de professores e limitações para pequenas reformas no colégio — informações que o Índice não leva em conta.



Para melhorar a educação no país, o governo federal fez, em 2007, o que um professor costuma fazer com o aluno que tira notas ruins: um trabalho intensivo. A partir daquele ano, as escolas públicas brasileiras seriam avaliadas e receberiam metas para qualificar o ensino. Se a escola se desse mal na prova, a meta seria maior.

A estratégia foi lançada como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE. Chamado por muitos de "PAC da Educação" e alardeado como "revolucionário" pelos governistas, o Plano continha uma série de medidas para aumentar os investimentos na área. A expectativa do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o projeto era grande. "Se nós implantarmos tudo que anunciamos aqui hoje, certamente passaremos para a história como uma geração de políticos que não apenas disse que a juventude era o futuro da nação, mas que preparou como legado para os jovens um sistema de educação que finalmente pode colocar o Brasil em pé de igualdade com qualquer país do mundo", disse em entrevista, no lançamento do PDE. Porém, como o ex-presidente Lula fez questão de falar, os problemas educacionais do país não se resolveriam somente com incrementos nas verbas para a educação. E a estratégia adotada pelo Executivo seria diferente do que era feito

até então: o governo criaria metas para as instituições de ensino municipais e estaduais alcançarem. Essas metas seriam definidas a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, mais conhecido como Ideb.

De acordo com o Índice anunciado no lançamento do PDE, as escolas receberiam uma espécie de nota, de zero a dez. Além disso, as instituições de ensino teriam uma meta a ser alcançada a cada dois anos, que poderia ser mais ou menos trabalhosa, de acordo com o Ideb inicial que a escola atingiu. O objetivo traçado naquele ano vale ainda hoje: que em 2021, no Bicentenário da Independência do Brasil, a média de todos os colégios seja igual a de países desenvolvidos.

A ferramenta era defendida com afinco pelo Ministro da Educação da época, Fernando Haddad. "O Índice organiza a escola. O gestor sabe exatamente o mínimo que o MEC espera dele. Isso organiza o currículo, a sala de aula, o plano de trabalho, tudo à luz da avaliação que será feita permanentemente. É possível, assim, estabelecer referenciais realistas e correr atrás das próprias metas", disse em entrevista, em 2008. A estratégia traçada no PDE continuou na gestão seguinte a de Haddad, com o ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante. Pouco tempo depois



Farda e sapato preto bem lustrado: estudantes do colégio militar Feliciano Nunes Pires levam advertência se não cumprirem as exigências para estudar

de assumir o novo Ministério, em 2011, Mercadante manifestou interesse em ampliar o Índice. Tudo para reforçar o plano de desenvolvimento nacional da educação, que usa o Ideb para medir a qualidade do ensino básico do país.

O colégio militar Feliciano Nunes Pires, de Florianópolis, já alcançou o objetivo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A escola obteve o melhor Ideb da rede estadual de ensino, entre alunos da oitava série, e contribuiu para que Santa Catarina fosse o segundo colocado do Brasil neste recorte.

Nesse colégio com Índice 6, os estudantes usam farda e marcham para a sala de aula. Por lá, o sinal é o que mais faz barulho às 13h05 – os alunos são silenciosos. As aulas não começam sem antes fazerem fila e aguardarem as ordens de “cobrir” e “descansar” da subtenente Jacinta, coque ruivo e olhos atentos que identificam qualquer atitude imprópria dos estudantes de sexto ano à oitava série. Nem os calçados são despercebidos. “Faz um tempo que os

sapatos não veem uma graxa, também!”, diz, após lembrar as meninas de que sapatilhas não são permitidas e não substituem o sapato preto, de couro ou corino, considerado parte do uniforme escolar. A direção do colégio acredita que a disciplina foi a grande aliada para que alunos da oitava série alcançassem, no último resultado do Ideb, em 2009, um resultado que é comparado à qualidade de ensino de países desenvolvidos.

“A nossa escola não é de bairro”, afirma a supervisora, Cláudia Maria Salomão Amorim. A diferença de outros colégios da rede estadual era reconhecida pela própria Secretaria de Estado da Educação, que há cerca de três anos não destinava verbas para a merenda escolar nem avisava a direção sobre reuniões e cursos oferecidos aos professores. Mesmo classificada como uma escola do estado, por ser da Polícia Militar de Santa Catarina, o colégio era considerado particular.

A 211 quilômetros da capital, a Escola de Educação Básica Eufrázio Avelino

De acordo com o Índice anunciado no lançamento do PDE, cada escola receberia uma espécie de nota, de zero a dez. Além disso, cada instituição de ensino pública teria uma meta a ser alcançada a cada dois anos

Nota em prova e taxa de repetência compõem Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Com fivela e sapato bem lustrados, a palhocence Beatriz Torquato Ribeiro participou de uma das etapas necessárias para definir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do colégio militar. No final de 2011, ela fez a Prova Brasil, uma das variáveis usadas para calcular o Ideb. A avaliação é realizada a cada dois anos, desde 2007, em todos os municípios com alunos matriculados no ensino fundamental. Além de ser usado para definir o Índice da sua escola, o resultado de Beatriz nessa avaliação também contribuiu para o Ideb de Santa Catarina e do Brasil — esse último combinado a um exame aplicado em colégios escolhidos ao acaso (a Avaliação Nacional da Educação Básica — Aneb).

A Prova Brasil de Beatriz Ribeiro foi feita num dia de aula normal com toda a oitava série (ou nono ano, segundo os novos padrões de currículo definidos pelo Ministério da Educação), pré-agendada com a direção da escola Feliciano Nunes Pires, em quatro etapas de 25 minutos, divididas entre questões de língua portuguesa e matemática. As folhas de prova chegaram no colégio militar lacradas e personalizadas com o nome de cada aluno. Mais de seis milhões de exames foram impressos e enviados para os 2,1 mil polos: centros criados pelo Inep para receber e coordenar a distribuição dos testes.

A data da aplicação muda de acordo com a escola, mas deve ocorrer sempre no segundo semestre, num período definido pelo Instituto. A prova de Beatriz Ribeiro, por exemplo, foi entregue na tarde do

dia 8 de novembro. Os outros colégios catarinenses também participaram do teste perto dessa data. Em 2011, a Prova Brasil foi realizada em Santa Catarina durante uma semana, no início de novembro.

Naquele dia, Beatriz Ribeiro fez a prova tranquila, sem muitas dúvidas. Mal sabe ela que, além do resultado no teste, sua participação também ajuda o colégio na outra variável usada para definir o Índice: a taxa de rendimento escolar, ou seja, qual a proporção entre estudantes que passam de ano e que são repetentes. Ela é calculada com a média de aprovados na mesma etapa de ensino: no caso, quantos alunos do ensino fundamental (da quinta à oitava série) são reprovados ou não. Como Beatriz passou na oitava série, ela puxa para cima essa variável. Quem estuda no colégio militar não tem muita escolha: caso reprove dois anos seguidos, é expulso. Dessa forma, todos acabam engordando o indicador, medido pelo Censo Escolar: questionário *on line* feito para a administração de todas as escolas brasileiras.

Com a taxa de aprovação e o desempenho dos alunos na Prova Brasil, calcula-se, a cada dois anos, o resultado do Índice do colégio militar e de todas as escolas públicas brasileiras. Segundo os documentos técnicos do Instituto, os dois valores compõem um “indicador sintético de desenvolvimento educacional” e são suficientes para identificar problemas nas instituições de ensino do Brasil. Um colégio com alta aprovação e baixo Ideb, por exemplo, pode facilitar demais a transição entre séries.

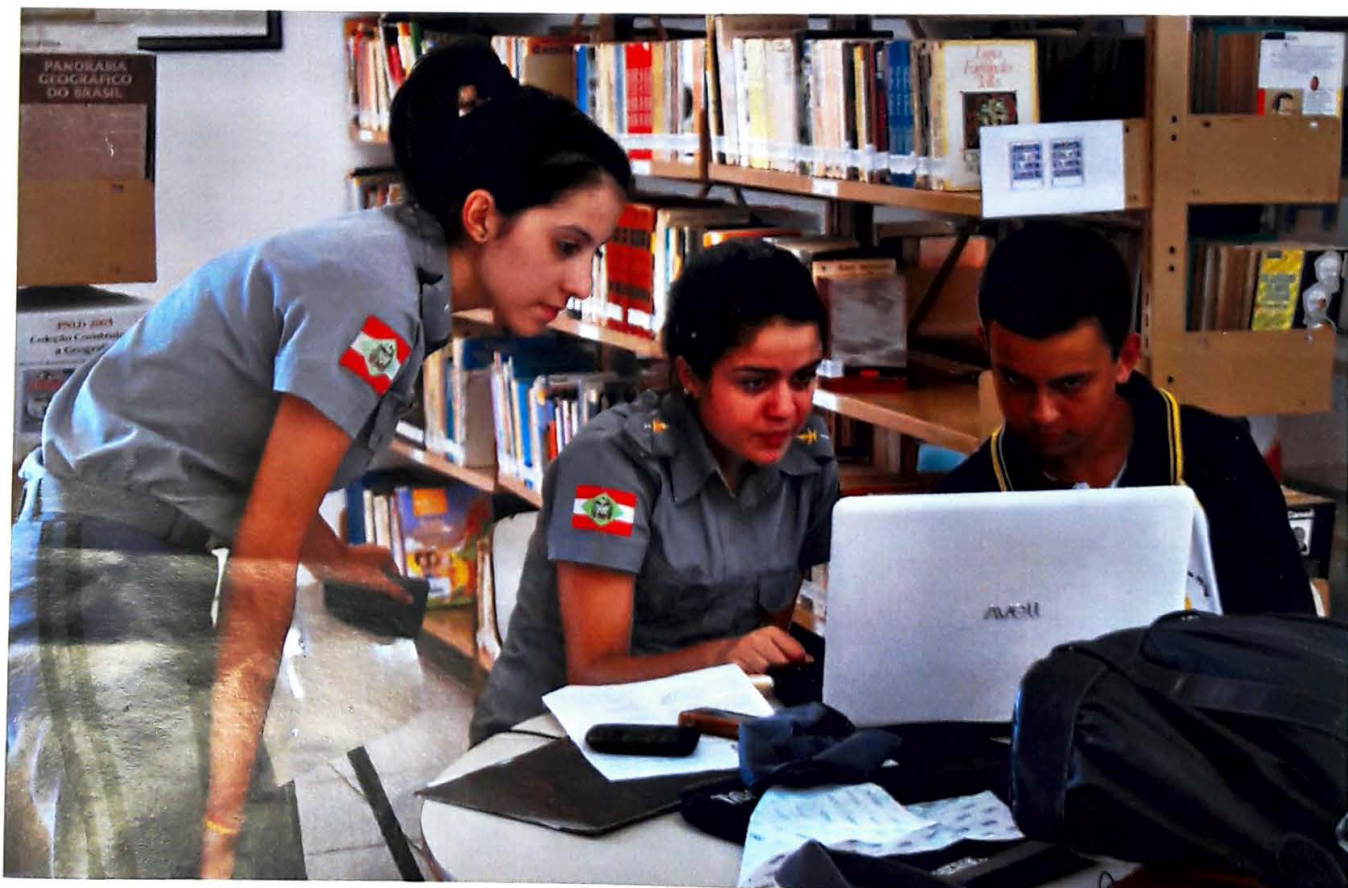
A Prova Brasil é aplicada no país inteiro, do estudante indígena de Alto Solimões, no Amazonas, que não tem o português como sua língua oficial, até o aluno de origem palestina, em Chui

Rocha é de longe uma escola estadual. Às margens da BR 101, estampa as cores da bandeira de Santa Catarina, ainda que por pouco não esteja em solo gaúcho. Em Maracajá, ao invés de um utilitário esportivo de cor preta, sem vestígios de sujeira, deixar o aluno no portão da escola, como acontece em Florianópolis, é da carona de uma bicicleta que o estudante salta, apressado, para entrar em sala de aula. Sapatilhas são permitidas para as meninas, chinelos de dedo também passam pelo portão e até boné em sala de aula não é problema. Cobrar uniforme fica difícil quando, há dois anos, o governo estadual não os fornece para os 238 alunos do colégio, que atende desde a primeira até a oitava série. Em 2009, a escola saiu no jornal da cidade e no jornal da vizinha Araranguá por ter conseguido o quinto maior Ideb entre as escolas estaduais de Santa Catarina. O Índice foi o mais alto da região sul do estado: um 5,6, ainda bem longe do 10, que é o resultado máximo, mas apenas 0,4 abaixo da escola militar de Florianópolis. A professora de português, Marialva Marcelino Ferraz, uma veterana no trabalho de dar aula a alunos que ultrapassam sua altura, lista o empenho dos professores e a proximidade com o trabalho desenvolvido nas turmas anteriores à oitava série como os fatores que levaram o colégio a alcançar esse resultado. “A gente está desenvolvendo

um trabalho, mas sabemos que está longe de ser o ideal.”

Fora uma borracha rosa que alguém atira para o fundão da sala, não se perde tempo na aula de matemática do colégio militar. Os alunos acompanham a explicação sobre como fatorar um número e, treinados, acertam as respostas antes mesmo de serem questionados. A facilidade aparente é resultado de treino semanal no período adicional ao de classe, nas aulas de reforço oferecidas pelo colégio. Uma das alunas que participa dessas aulas é Beatriz Torquato Ribeiro, que descontrai o uniforme militar com anéis e pulseiras coloridas. Todos os dias em que tem aula, ela acorda às 5h para sair de Palhoça, onde mora, e chegar a tempo na escola de Florianópolis. “As disciplinas de matemática e português são um tabu”, acredita a aluna, e por isso participa do reforço para exercitar as matérias. Essas duas disciplinas são também usadas para definir o Ideb, calculado de dois em dois anos. Os seus criadores esperam que todas as escolas brasileiras atinjam um Índice igual a de países desenvolvidos. Isso seria fazer com que todas as escolas, independentes de serem municipais, estaduais ou particulares, alcancem um Ideb 6, já conquistado pelo colégio de Florianópolis.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado depois de uma



Beatriz Ribeiro (esq.) estuda no colégio militar por insistência do pai, policial. Ela mora longe e, para chegar a tempo, sai de casa todos os dias às 5h

discussão dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, para que houvesse uma avaliação capaz de ser mais fiel à realidade brasileira. Ele é a combinação de dois resultados que, em tese, avaliam a qualidade de ensino do país: a nota das escolas na Prova Brasil e a taxa de aprovação, que identifica o número de alunos que passaram de ano. Com essa taxa, o Índice pretende levar em conta o contexto da escola, a partir do problema de reprovação que ela enfrenta, e se diferenciar de todas as outras avaliações que o país tinha até então, baseadas apenas em uma prova igual para todos os estudantes.

Da mesma forma que o Exame Nacional do Ensino Médio, a Prova Brasil tem dimensões de peso. Ela é aplicada no país inteiro, do estudante indígena de Alto Solimões, no Amazonas, que não tem o português como sua língua oficial, até o aluno de origem palestina, em Chui, a cidade mais ao sul do Brasil. Ainda assim, quase ninguém de fora das salas de aula sabe o que é e o que propõe a avaliação que custou aos brasileiros, no ano passado, cerca de R\$ 140 milhões.

O valor gasto é usado, principalmente, para a aplicação da Prova Brasil nas escolas. O dia da avaliação é quase um dia de vestibular para os estudantes: há tensão, fiscais, tempo e gabarito — com a única diferença de que nesse teste ninguém se inscreve por vontade própria. A Prova Brasil chega às escolas dentro de um envelope lacrado e é aplicada em datas pré-definidas para cerca de seis milhões de alunos das quartas e oitavas séries, a quem é destinada. Professores podem até entrar em sala de aula, mas estão proibidos de comentar as questões com os alunos, sob a supervisão de um profissional da Secretaria de Educação do estado ou do município, que leva e recolhe o teste. Clayton Brambilla, ex-aluno do colégio de Maracajá, participou da avaliação ano passado e não esconde a ansiedade que sentiu ao responder as questões da Prova Brasil; suas pernas começam a mexer, nervosas, ao contar como foi o dia em que preencheu o teste, com tempo pré-definido, enquanto um fiscal reparava no comportamento dos que estavam presentes em sala.

Com essas questões de português e matemática que o estudante de 14 anos respondeu, o Instituto pretende avaliar a qualidade de ensino oferecida pelas escolas públicas e particulares brasileiras. Na cartilha da Prova Brasil, desenvolvida para explicar aos professores a didática da avaliação, esse objetivo fica bem claro. Ainda assim, quando se trata do Índice que utiliza os resultados dessa Prova, além do rendimento escolar do aluno, o tom de responsabilidade abaixa. “Queremos que seja criado um sistema de mobilização para que uma maior quantidade de alunos passe de ano e aprenda. Eu prefiro dizer que o Ideb é uma referência sobre qualidade de ensino. Claro que qualidade transcende essas duas dimensões que ele leva em conta”, define Carlos Eduardo Moreno Sampaio, diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Longe do que é discutido em Brasília, na sede do Instituto, a importância da Prova Brasil para a aluna Beatriz Ribeiro — a menina de Palhoça — é restrita aos muros do colégio militar, onde participou da avaliação, em 2011. “Se a gente fosse bem, isso beneficiaria a escola. Se não a gente, os estudantes futuros”,

Quanto custou a Prova Brasil de 2011

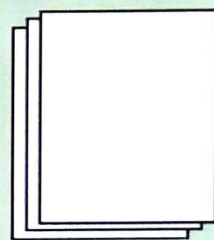
Cada caderno da Prova custa

R\$ 22,53

Desse valor,

R\$ 3,60

equivalem aos custos com



impressão,

com base em 21 modelos feitos para evitar a cola de questões dentro da turma.

Cada aluno recebe um caderno de prova com o seu nome, obtido com as informações enviadas pelo colégio no Censo Escolar.



Os outros

R\$ 18,93

reúnem todos os custos do processo depois da impressão:



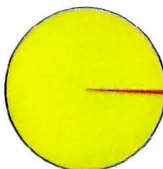
Entrega dos cadernos de prova para cerca de 2,1 mil “polos”: grupos distribuídos pelo país, criados pelo Instituto para coordenar a aplicação do teste.



E a aplicação da Prova Brasil em 175 mil turmas que participaram da edição de 2011.

Tudo isto custa cerca de

R\$ 140 milhões



O valor parece alto, mas é equivalente a **0,8%** de todo o gasto do governo federal com educação no ano passado.

Fonte: Helio Jr. Rocha Moais, coordenador de aplicação do Inep. Ilustrações: al-silhouettes.com

lembra das recomendações dos professores durante as aulas. A orientadora do ensino fundamental, Ingrid Marcineiro, afirma com uma voz grave aquilo que outros profissionais de dentro das escolas têm receio de admitir: os alunos são estimulados a fazer a prova, porque um bom Ideb dá oportunidades para que o colégio apresente projetos e seja financiado por instituições.

É um bom desempenho significa atingir, a cada dois anos, a meta proposta pelo Instituto ou, melhor ainda, alcançar um Ideb mais alto.

O desejo da orientadora segue um caminho oposto do que promete o Ministério da Educação (MEC). Desde que foi criado, o Índice ajudaria a identificar aqueles que não conseguiram, por algum motivo, atingir a meta estipulada pelo Instituto. Esses colégios teriam prioridade na destinação de verbas para melhorar a sua estrutura física e pedagógica.

Já as escolas que se saíssem bem no Ideb não teriam nenhum benefício.

A diretora do colégio de Maracajá, Dirlene da Silva Pedroso, ironiza a decisão do MEC em dar prioridade aos colégios que tiveram um Índice baixo, enquanto às duras penas os professores da sua escola se dedicam a levantar o Ideb. Com os cabelos longos presos em um coque improvisado, que deixa ainda mais evidente o piercing em sua sobancelha, ela recorda de um

“Todas as escolas passaram a ter o seu resultado divulgado. Isso foi um trauma para o país e mexeu com o brio dos professores e diretores”

Carlos Sampaio, diretor de Estatísticas do Instituto

encontro dos diretores com a Gerência Regional de Educação, quando uma colega brincou sobre o assunto. “Eu lembro até que uma diretora disse que isso era um absurdo; que a escola teria que se sair mal, então, para receber algum recurso.” A lembrança faz o piercing de Dirlene Pedroso oscilar, tamanha a surpresa de ter escutado a resposta direta — mas realista — da colega de profissão.

Para Roselane Fátima Campos, pesquisadora em reformas educacionais na América Latina, a mobilização dos colégios para conseguir um Ideb acima do estipulado é reflexo do efeito perverso do Índice. “As escolas começam a estabelecer um ranqueamento entre si, além de se instituir um processo de responsabilização individualizada do professor.” A preocupação dos educadores com o resultado do Ideb é percebida pelos alunos da oitava série, durante a resolução de problemas que caíram nas edições passadas da Prova Brasil. “Tínhamos uma pressão para não baixar o Índice. Não era nem para melhorá-lo, mas para não baixar”, destaca a maracajaense Juriana Brambilla, que recém completou o ensino fundamental no colégio Eufrázio Avelino Rocha, nome de seu bisavô.

O “lado perverso” a que Roselane se refere tem o nome de *accountability* para a diretoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Problemas que caíram nas edições passadas da Prova Brasil. “Tínhamos uma pressão para não baixar o Índice. Não era nem para melhorá-lo, mas para não baixar”, destaca a maracajaense Juriana Brambilla, que recém completou o ensino fundamental no colégio Eufrázio Avelino Rocha, nome de seu bisavô.

Com plano de metas para escolas, educação brasileira quer competir com países de alto IDH

A pressão feita na estudante Juriana Brambilla, de Maracajá, para não baixar o Ideb da escola Eufrázio Avelino Rocha não vem somente da diretora do colégio. O sistema de metas, imposto pelo Ministério da Educação por meio do Índice, define notas mínimas para instituições de ensino, municípios, estados e para o país. Em Santa Catarina, a meta para 2009 era 4,3, mas o estado alcançou 4,2.

Os valores variam de zero a dez e são divulgados a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Em municípios de outros estados, como Teresina (PI) e Rio de Janeiro (RJ), as escolas são obrigadas por lei a expor em painéis o último Ideb alcançado.

Esses resultados definidos para cada escola e repetidos para Juriana Brambilla com tanta preocupação foram criados para ajudar o país a alcançar, no decorrer dos próximos anos, uma média alta em todos os colégios. A ambição do Ministério da Educação é que no ano de 2022, nas comemorações do Bicentário da Independência, também seja comemorada a média 6 do Brasil no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Na primeira edição do Índice, feita de forma experimental em 2005, o valor registrado

foi 3,8.

A média nacional desejada para a educação nos 200 anos do Grito do Ipiranga foi criada com base no Programme for International Student Assessment (PISA), teste realizado a cada três anos, desde 2000, em jovens dos 34 países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele é aplicado em países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e difere muito da Prova Brasil: o teste tem duas horas de duração, é aplicado somente em estudantes com 15 anos, mede “capacidade de leitura” no lugar de “língua” e possui pontuação que varia entre zero e mil.

Porém, esses detalhes técnicos não impediram os especialistas do Instituto de calcular, em 2003, a média dos integrantes da OCDE na avaliação internacional e equipará-la com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Naquele ano, se os 34 países participassem da avaliação brasileira, receberiam nota seis — quatro décimos acima do resultado do colégio de Juriana Brambilla em 2009. É daí que vem a meta definida pelo Instituto para que todas as escolas brasileiras alcancem um Ideb 6 daqui a uma década.

Teixeira. O termo indica o processo de responsabilização que professores e diretores passam a ter com o resultado do Ideb, tanto para prestar contas do que fazem e como fazem, mas também para autoavaliar seu desempenho como profissionais públicos. Enquanto Roselane diz, cautelosa nas palavras, que o MEC passa a responsabilidade de uma boa educação para professores, o diretor de Estatísticas do Instituto não reluta em comprovar essa ideia. “Todas as escolas passaram a ter o seu resultado e desempenho divulgados. Isso foi um trauma para o país e mexeu com o brio dos professores e diretores. Muitos pais de alunos se surpreenderam com o desempenho das escolas em que seus filhos estudavam e era um pouco esse o desejo do Instituto; o de tornar transparente o processo de aprendizagem”.

O que não está transparente para alunos, professores, diretores e também para os pais é o próprio Ideb. Os adolescentes que fizeram a Prova Brasil ano passado falam tranquilamente sobre ela e a preparação que tiveram em sala de aula para o dia de resolver as questões da avaliação. Mas é só perguntar qual foi o Índice da escola que eles fazem cara de dúvida. E nem a direção escapa dos enganos. No colégio militar, o diretor e tenente coronel da Polícia Militar, José Alfredo, mostra orgulhoso a placa metálica que a escola ganhou por ter conquistado um bom Ideb. O problema é que a placa não trata desse Índice, mas de outro bom resultado do colégio em uma avaliação nacional que os alunos do ensino médio participaram. Os óculos de grau do diretor e a posição estratégica da homenagem, que fica pendurada atrás de sua mesa, não evitaram a confusão sobre o indicador.

Mesmo com o assunto nebuloso, todas as escolas brasileiras passaram a ser ranqueadas pelo Índice. Em nota, o Instituto divulgou, tão orgulhoso quanto o diretor José Alfredo, que o ex-Ministro da Educação, Fernando Haddad, ligou pessoalmente para os últimos diretores de escola que ainda não haviam aderido ao Ideb. A ligação deu certo; de lá para cá, todos os colégios públicos com pelo menos dez alunos por turma têm seu resultado estampado em portal público, no mural das escolas e, vez ou outra, nas páginas de jornal.

O que leva os colégios a terem um Índice não é a preocupação por avaliar seu desempenho e, a partir dele, definir estratégias para melhorar a sua qualidade de ensino, mas a ajuda financeira que ele possibilita. Os colégios que vão mal no



Todos os dias, alunos do colégio Feliciano Nunes Pires marcham antes da aula começar



Professora de português, Marialva Ferraz dá aula em Maracajá e em outro colégio na cidade vizinha Araranguá, para complementar sua carga horária

Ideb têm prioridade de verbas por meio de programas do Ministério da Educação, como o Plano de Ações Articuladas, que define investimentos para que a escola melhore seus indicadores educacionais. Na outra ponta, as escolas que atingem as metas criadas pelo Instituto também podem receber bonificações do governo ou ter algum projeto bancado por uma instituição, a exemplo do que pretende o colégio de Florianópolis.

Em Santa Catarina, a ajuda veio de cima, do próprio governo federal. Em 2011, o governador Raimundo Colombo assinou um manual do Programa Dinheiro Direto na Escola, o PDDE, comprometendo-se a repassar 50% a mais das verbas definidas pelo governo federal para os colégios públicos urbanos que tivessem cumprido as metas em 2009. Porém, os diretores que não tiveram acesso ao manual não repararam que no extrato do PDDE existe um valor a mais pelo bom desempenho no Índice.

O tesoureiro Joanir Ricardo Pereira dos Santos, do colégio militar, é um dos desavisados. A sua organização reina na estante de livros, com títulos sobre crime organizado, judô e mídia. Mais à esquerda da sala, a organização está presente na mesa de trabalho, sem nenhum papel desalinhado, e reflete na atividade de prestar contas sobre o que chega e o que é gasto pelo colégio. Entretanto, o tesoureiro nunca ouviu falar, nem leu nada a respeito do compromisso firmado pelo governador do estado. “Se ganhamos algum benefício, até agora não sei”, surpreende-se, depois de já ter gastado 70% do recurso com um projetor multimídia para a escola, e o restante com materiais de limpeza e de escritório.

Além de ser critério para o governo federal destinar recursos às escolas, um dos motivos que faz o Brasil apostar em índices que avaliam o desempenho educacional, como o Ideb, é o fato do Banco Mundial só ajudar no financiamento da educação os países que tenham esses índices em larga escala. Se por um lado eles servem de parâmetro para que o governo decida onde é preciso investir, por outro o Banco Mundial fica a par da evolução numérica da educação brasileira e o país fica um passo mais próximo de continuar a receber empréstimos.

A cobrança internacional também tem sua versão nacional. No Brasil, as Secretarias de Educação exigem bons resultados das Gerências de cada região, que por sua vez cobram dos diretores dos colégios. Na ponta estão os professores de português e matemática, que também pressionam os alunos para que não baixem o Índice da escola, a exemplo do que disse a aluna de Maracajá, Juriana Brambilla. Nessa corrida para ter um Ideb 6 no prazo estipulado pelo Instituto, ninguém quer ser conhecido como o estado ou o colégio que não conseguiu atingir a meta.

A pesquisadora Roselane Fátima Campos é firme em sua opinião sobre as escolas que participam do Índice “incentivadas” pelo Ministério da Educação. “Se o Ideb fosse tão efetivo, o governo não estaria amarrando tudo do jeito que está.” Roselane defende que qualidade de ensino não pode ser medida apenas por uma prova unificada em todo o país e por uma taxa de rendimento escolar dos alunos, mas principalmente pelas condições de trabalho do professor, pela estrutura física da escola e pelos materiais que ela

dispõe — o que a pesquisadora chama de fatores internos dos colégios. “Eu costumo brincar que o Ideb é um número desencarnado.”

Entre uma aula e outra, secando o suor na única sala com ar condicionado do colégio, a professora de português da escola de Maracajá concorda com Roselane. “O Ideb não é 100% verossímil”, diz Marialva Marcelino Ferraz. Quem vê o Índice do seu colégio nos jornais não sabe que ela deu aula em uma sala com dois ventiladores de teto que distribuíam o ar quente de 37º que fazia lá fora.

Marialva Ferraz é uma das poucas professoras que relaciona o Índice com a realidade que enfrenta em sala de aula todos os dias. Mesmo trabalhando em colégios que são referência em Santa Catarina, profissionais como ela convivem com problemas estruturais e pedagógicos. Até nas escolas estaduais que tiveram os melhores Índices, existem caixas de livros, mas não há biblioteca para organizá-los e emprestá-los aos alunos; os professores têm de dar aulas em outros colégios para fechar a carga horária, e o número de alunos vez ou outra ultrapassa o permitido por lei.

Mesmo com a deficiência do Ideb em não mostrar essa realidade, o órgão responsável por ele reconhece a evolução

do indicador, quando comparado com o antigo Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (Saeb). A combinação da Prova Brasil com o rendimento escolar, que geram o Índice, é uma tentativa de mostrar o contexto interno das escolas, elemento que faltava até então.

A pesquisadora Roselane Fátima Campos também observa a evolução do Ideb, mas considera que a qualidade de ensino só será medida, de fato, quando o Índice for transformado. “Para o Ideb ser um indicador mais fidedigno, teria que cruzar a avaliação de aprendizagem, que ele já faz, com a avaliação de contexto dos colégios. Saída tem, o que não tem é vontade política”.

Vontade é algo que não pode faltar para os alunos da professora Maria Ângela Papini, em Lacerdópolis, município com 2.199 habitantes no oeste do estado. Quem é da Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini conhece a sua fama de rigorosa. Chamada de “diaba” por alguns, ela se orgulha da seriedade com que conduz as aulas de português. “Digo para os meus alunos: não me amem se eu passar a mão na cabeça de vocês. Tenho que cobrar.” E a rigidez da “diaba” parece dar certo: na Prova Brasil de 2009, os estudantes conseguiram a melhor nota em Língua Portuguesa

“Para o Ideb ser mais fidedigno, teria que cruzar a avaliação de aprendizagem, que ele já faz, com a avaliação de contexto dos colégios”

Roselane Campos, pesquisadora em educação

Escolas da rede estadual possuem turmas especiais para aceleração do ensino em 2012

Às quartas-feiras, a professora Maria Ângela Papini, de Lacerdópolis, dá aulas de língua portuguesa para um grupo com menos alunos que o habitual no colégio estadual Joaquim D’Agostini. Ela incentiva cada um dos 17 estudantes a ler em voz alta um texto no livro didático. Mesmo os mais tímidos tiveram de participar da atividade proposta pela educadora, que se orgulha de trabalhar a disciplina na primeira turma de correção de fluxo da escola.

Criada em 2012 pela Secretaria de Estado da Educação (SED), a correção de fluxo é uma turma com estudantes dos anos finais do ensino fundamental que, de acordo com a idade, deveriam estar um ou mais anos à frente, mas continuam em turmas anteriores, na chamada “distorção idade-série”. Os alunos da escola de Lacerdópolis, por exemplo, tinham mais de 16 anos e estavam entre a sexta e a oitava série. Eles saem das turmas regulares e vão para esse grupo, que conta com aulas reforçadas somente de português e matemática, deixando de lado outras disciplinas, como geografia e história.

A novidade chegou na escola de Lacerdópolis há pouco tempo e ganhou um apelido pouco carinhoso: “refluxo”. “Tem gente que reclama, mas eu digo, ‘que bom que vou dar aula pro fluxo hoje’”,

diz Maria Papini, que já expôs sua experiência com a turma em um seminário para a Gerência Regional de Educação (GERED) de Araranguá.

A professora de Lacerdópolis trata a turma com a mesma rigidez que lida com as séries regulares. Aplica provas e cobra trabalhos, mesmo que, independente das notas, toda a turma será encaminhada para a primeira série do ensino médio do colégio Joaquim D’Agostini ao final do ano, sem reprovações. De acordo com a SED, o projeto funcionará apenas em 2012 e não há perspectivas de continuar no próximo ano.

Em Santa Catarina, a passagem automática entre as séries não ocorre somente na correção de fluxo. Desde 2010, a chamada “retenção de alunos” só é feita no terceiro e no quinto ano, dentro do novo sistema imposto pelo Ministério da Educação. Agora, todo brasileiro precisa concluir o ensino fundamental em nove anos, partindo do pressuposto que o estudante aprenderá sem necessidade de reprovação. A medida ajuda a abaixar a taxa de distorção idade-série e, indiretamente, ajuda a melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas, já que uma das variáveis que compõem o Ideb é a taxa de aprovação.

“Somos conteudistas. A gente prepara o aluno para ser um engenheiro. A Prova [Brasil] prepara o aluno para ser um pedreiro.”

Dagmar Stamm Zannini,
professor do colégio militar

entre as escolas públicas estaduais.

Naquele ano, a estrutura não colaborava muito com estudantes e educadores: o colégio novo estava em construção e, enquanto isso, as aulas eram feitas de forma improvisada no antigo prédio da Prefeitura. Mesmo com esse problema, os 28 alunos da oitava série conseguiram uma nota alta na Prova Brasil e ajudaram a escola a alcançar o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da rede estadual de ensino, junto com a escola de Florianópolis. Quando lembra daquela turma, a professora durona vira uma manteiga derretida. “Tenho uma paixão por eles”, diz Maria Ângela, com os olhos cheios de lágrimas. “O mérito é todo dos alunos.”

Embora a professora dê todo o crédito à turma, ela também trabalhou para garantir um bom desempenho da escola na Prova Brasil de 2009. Durante quatro meses, Maria Ângela Papini usava uma aula por semana para analisar e resolver questões do teste nacional com os alunos, ainda que o objetivo da Prova seja avaliar a qualidade de ensino das escolas sem que haja alguma preparação em sala de aula. “Vou ser bem franca com vocês: eu faço um treinamento.” Para isso, os estudantes

da oitava série ganhavam cópias da prova modelo feitas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. No final, um dos alunos anotava os resultados da turma e fazia um mapa de acertos e erros. Além disso, para estimular a leitura, a professora trazia para a sala de aula improvisada alguns livros e gibis em uma cesta de supermercado. “Na disciplina, conscientizo sobre a importância da avaliação desde o início do ano. A gente luta com as armas que tem.”

O armamento da “diaba” ajudou a estudante Gisele Dondel na resolução da Prova Brasil em 2009. Com o treinamento prévio, enfrentou a bateria de testes tranquilamente, mesmo com a pressão dos professores e da administração. “Nós carregamos esse peso, essa cobrança. O esforço valeu a pena depois de quatro meses estudando.” O resultado do cursinho pré-Prova Brasil chegou em 2010 com a divulgação de um bom resultado na avaliação, que aumentou o Ideb do colégio. O Índice rendeu um *banner* pouco maior que uma folha de caderno na porta de entrada do colégio, muito falatório na região e uma ligação da Gerência Regional de Educação do Estado para a direção. Para Gisele Dondel, restou somente a massagem no ego por conta do



Antes do Ideb, a professora Maria Ângela Papini estimulava os alunos à leitura e à interpretação de texto. Gibis eram os seus preferidos para o treino

desempenho da sua escola, já que, diferente do exercício na sala de aula, ela não tem acesso ao seu rendimento individual no teste de 2009.

Gisele Dondel nem faz ideia de quantos erros teve na Prova Brasil, mas os acertos da professora Maria Ângela Papini ficaram expostos para todos. A nota média dos alunos da Escola de Educação Básica Joaquim D'Agostini (e de qualquer outro colégio) está disponível no site do Instituto, dividida entre português e matemática. Se por um lado os profissionais são expostos, por outro podem usar esses resultados para ter um parâmetro das dificuldades dos alunos nas suas disciplinas. "Porém, alguns educadores ficam apreensivos, pensando que agora vai ser medido o que se está ensinando para os alunos", comenta a professora.

Enquanto alguns ficam nervosos, outros profissionais estão mais tranquilos — pra eles, a Prova Brasil não é capaz de mensurar tudo o que se ensina para um estudante. Na capital catarinense, o professor de matemática do colégio militar, Dagmar Stamm Zannini, afirma que os conteúdos cobrados na Prova Brasil — questões de lógica e interpretação — estão bem longe do que é passado nas salas de aula. "Somos conteudistas. A gente prepara o aluno para ser um engenheiro. A Prova prepara o aluno para ser um pedreiro."

Em Lacerdópolis, o professor de matemática Nilvo Dall'Orsoletta também não se preocupa tanto com os conteúdos da Prova Brasil. Ele disponibiliza alguns exemplares da avaliação, mas não obriga os alunos a resolvê-la. Quem quiser pode pegar uma cópia, levar pra

casa, anotar as dúvidas e dar para o professor corrigir na sala de aula. Existe ainda a possibilidade do aluno ir até a casa dele, que fica a cerca de dois quilômetros da instituição, à beira da rua principal da cidade.

Difícilmente esse privilégio aconteceria em Florianópolis. Mas, em um município com cerca de 1.300 habitantes, o aluno ter o telefone da casa do professor é corriqueiro. Mesmo em uma licença prêmio, Nilvo recebe ligações dos estudantes pedindo ajuda com questões que caem em avaliações de ensino. O professor costuma ajudar e acredita que o bom resultado da sua escola no Ideb tem a ver com essa proximidade entre professores e alunos, além do tripé "família, escola e igreja", defendido no século XVI pelo Sacerdote Martinho Lutero e incorporado nas filosofias de Nilvo, ainda hoje.

— Apesar de todo o suporte que o professor fornece fora de sala de aula, no horário de sua disciplina os alunos não estudam muitas questões da Prova Brasil, com a justificativa de que a parte matemática contém mais interpretação do que cálculo puro, o que a torna superficial. "Quase nunca levei em consideração a Prova Brasil. Sou a favor dela, mas poderia ser mais aprofundada."

O teste pode não ser tão importante para Dall'Orsoletta, mas o Ideb é levado em conta por todos os profissionais do colégio Joaquim D'Agostini. No planejamento do início do ano letivo, um dos objetivos é a melhoria do Índice, de preferência se o resultado for acima da meta proposta. Porém, para o professor,

Quanto cada colégio recebeu do governo federal em 2011

Maracajá: R\$ 4.245,30
O que foi feito: compra de cortinas novas, jogos, livros e materiais de educação física.

Lacerdópolis: R\$ 4.486,70
O que foi feito: material de expediente e de limpeza, computador e notebook.

Florianópolis: R\$ 4.729,80
O que foi feito: compra de projetor multimídia, materiais de limpeza e de escritório.

Joinville: R\$ 5.830,50
O que foi feito: filtro de água, instalação de ar condicionado, pintura e pequenos reparos.

Curitiba: R\$ 25.065,60

O que foi feito: compra de bebedouro, computadores e uma tela de projeção.

Por que ganhou mais: R\$ 9 mil foram repassados a mais ao colégio Santa Terezinha para fazer reformas de acessibilidade do prédio, como rampas e corrimãos, além da criação de uma sala de aula com equipamentos para ensino do Braille.

Como funciona o Programa Dinheiro Direto na Escola

O PDDE é um recurso que vem do governo federal e é depositado diretamente na conta da Associação de Pais e Professores de cada colégio estadual. A verba é definida de acordo com o número de alunos, em grupos que variam entre 21 e mais de dois mil estudantes.

Ele é dividido entre dinheiro para custeio e para capital das escolas. O custeio deve ser usado em reformas e materiais para os alunos. O capital é destinado aos bens permanentes, como um computador ou um bebedouro. A porcentagem da verba para cada um é definida pela direção, mas o valor do custeio deve sempre ser maior que o do capital.

R\$ 0 2.500 5.000 7.500 10.000 12.500 15.000 17.500 20.000 22.500 25.000



O que restou da estrutura antiga: em 2010, escola de Lacerdópolis ganhou novo prédio, de dois andares, depois de cinco anos em local improvisado

a diretoria não faz disso uma obrigação. “Nunca fui pressionado pela direção por bons resultados.”

No ano passado, além da preocupação dos professores com o Índice, eles também sofreram outra pressão velada: o peso do resultado de 2009. “Conscientizo os alunos disso desde o início do ano. Não podemos deixar a peteca cair”, diz a professora de português de Lacerdópolis, Maria Ângela Papini. Por ser tão relevante para a imagem da escola, a metodologia das aulas de português muda nos anos de definição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Questionada sobre o uso das questões da Prova Brasil — um dos instrumentos usados para medir o Índice — nos anos em que a avaliação não é realizada, a professora faz cara de surpresa, como se ninguém tivesse lhe dado essa ideia. “Nunca tinha pensado em fazer todo ano a revisão da Prova. De repente a gente está falhando.”

Mesmo que a educadora não use todos os anos a Prova Brasil no conteúdo de suas aulas, alguns pro-

Maria Papini resolve com alunos questões da Prova Brasil, ainda que o objetivo do teste seja avaliar a qualidade do ensino sem preparação anterior

fissionais acham que o teste é utilizado mais do que deveria. Para Roselane Fátima Campos, especialista em reformas educacionais na América Latina, a preocupação com o bom desempenho na Prova pode conduzir o planejamento das disciplinas de português e matemática — o que empobrece a formação dos estudantes. “Começa a ser ensinado para as crianças o que vai ser pedido no teste. Eles podem cortar ou diminuir o

tempo de outras aulas, ou até fazer aulas de reforço só nessas duas matérias. Os professores acabam priorizando isso.” Interpretação de textos e de problemas matemáticos são importantes, mas as outras disciplinas também precisam de atenção. “Qual deveria ser a lógica de Educação Básica:

formar integralmente a criança em todas as dimensões, nas linguagens científica, tecnológica e cultural.”

Embora avalie apenas duas disciplinas, existe um longo processo para produzir e distribuir a Prova Brasil. Para que essa avaliação chegue nas mãos da professora de Lacerdópolis e de mais de seis milhões de estudantes

pelo Brasil, é necessária uma preparação de quase um ano de antecedência pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. No caso da Prova Brasil de 2011, as primeiras reuniões começaram em novembro de 2010. Quarenta servidores do órgão federal e 26 mil aplicadores de prova trabalharam no processo. Após a impressão dos questionários, começa a etapa de aplicação, feita na última edição pelo consórcio do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília, o CESPE, com a Fundação CESGRANRIO.

Quando a Prova foi aplicada em 2011, o estudante Marcos Aluísio Mantovani, de Lacerdópolis, esperava um teste complexo. Afinal, professores e diretoria do

colégio Joaquim D'Agostini falavam disso desde o início do ano letivo. "A gente tinha que dar um jeito de vir no dia." Mesmo com a obrigação de manter a nota da escola alta, ele imaginava que as quatro etapas da Prova Brasil seriam mais difíceis. "A prova de português tinha questões que até pareciam pegadinhas. Mas não eram."

Também não era pegadinha o comunicado que Marcos e outros 279 alunos do colégio receberam da direção, anos antes do estudante sentar em uma cadeira para preencher a Prova Brasil. Em 2005, os alunos tiveram as aulas transferidas para o antigo prédio da Prefeitura de Lacerdópolis e lá ficaram por cinco anos, até que uma nova escola fosse construída no terreno

Políticas nacionais para educação incentivam a ciência e a tecnologia desde o ensino básico

Um mês depois de assumir o Ministério da Educação, em fevereiro deste ano, Aloizio Mercadante anunciou em audiência pública no Senado que o MEC pretende incluir a disciplina de ciências na Prova Brasil, um dos componentes para medir o Ideb. Até agora, o teste avalia os alunos de quartas e oitavas séries nas disciplinas de português e matemática. A inclusão faz parte de um processo que teve origem no ensino superior brasileiro e que vem atingindo a educação básica para o estímulo ao estudo científico e tecnológico no país. "Ou vamos aplicar esses recursos na estratégia, ou dispersar isso na máquina pública e nos acomodar nesse parasitismo. Nosso projeto é que a educação passe a ser central. Pela primeira vez o tema da ciência, da tecnologia, da inovação, está no Plano Plurianual", disse Mercadante no mês seguinte à audiência.

Ainda que reforçado pela atual gestão, o intercâmbio entre MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia era discutido em 2001, quando pesquisadores e políticos defenderam, em conferência nacional, que o crescimento econômico do Brasil e sua classificação no cenário mundial estavam condicionados ao conhecimento tecnológico do país. O relatório da conferência estimulava o aumento de profissionais da engenharia e a qualidade dessa formação nas universidades. Adriano de Oliveira, pesquisador em política científica no Brasil, afirma que esse movimento tem relação com os atuais incentivos do governo. "Ciência e tecnologia são fatores fundamentais para a concorrência entre os países. Ter inovação de produtos e processos gera vantagens competitivas."

A inserção da tecnologia na educação nacional ficou mais intensa de 2001 até hoje. Se, na época do presidente Fernando Henrique Cardoso, os cursos técnicos eram realizados depois do ensino médio, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva eles poderiam ser feitos ao mesmo tempo. De 2003 a 2011, na época em que Lula era presidente, houve um aumento de 98,6% nas matrículas dos cursos técnicos, de acordo com os resultados do Censo Escolar, divulgado em 2012. Esses investimentos po-

dem ajudar o país em situações como, por exemplo, a última crise econômica mundial. Com tecnologia desenvolvida em casa, o Brasil se torna mais independente e menos vulnerável.

Os investimentos em educação voltada à tecnologia se estendem aos ensinos médio e superior. Na universidade, existe o Ciência Sem Fronteiras: programa criado em 2011 que, além de enviar alunos para "países de ponta", busca trazer pesquisadores do exterior para trabalhar no Brasil. Na educação básica, estudantes recebem bolsas de iniciação científica antes restritas à graduação, pelo programa de Iniciação Científica Júnior, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E até a diretora Daniela Azambuja, do colégio Osvaldo Aranha, incentiva os estudantes da oitava série com linguagem científica; eles precisam entregar os trabalhos escolares dentro da metodologia acadêmica.

O ponto negativo dessa priorização é que a área humana fica muito separada das exatas e, em alguns casos, esquecida. No programa Ciência Sem Fronteiras, por exemplo, as áreas priorizadas são as tecnológicas e das engenharias. Adriano de Oliveira destaca que essa separação não incentiva o desenvolvimento de tecnologias voltadas à qualidade de vida da população. "Há um movimento para construção de tecnologias sociais, mas ele não é hegemônico. O determinante é a busca de inovação que atenda o setor produtivo — empresas e indústrias."

Na educação básica, a preferência por matemática e ciências é prevista pelo Livro Azul, produto da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2010. O documento defende o aumento na carga horária dessas disciplinas, com apoio pedagógico voltado para alunos com dificuldade de aprendizagem. "A ideia é que elas sejam consideradas prioritárias para a inovação no país", explica o pesquisador. A possível inclusão de ciências na Prova Brasil consolida essa nova política pública para o ensino básico, ainda que não inclua uma formação ampla na área das humanas. "O currículo é direcionado. Sociologia, filosofia e história ficarão de lado."

da anterior. A notícia poderia soar como brincadeira, porque a antiga prefeitura ficava na esquina de duas ruas movimentadas e sem nenhum espaço para o lazer dos alunos. O diretor Vilmar Chiocca, um homem alto e comunicativo, lembra com expressão aflita que, naquela época, a energia acumulada dos estudantes mais novos era gastada nas escadas do prédio, passagem obrigatória para se chegar às salas de aula. Durante os anos em que ficaram na “estrutura temporária”, Chiocca tinha, além das preocupações diárias de qualquer

diretor de escola, o medo de algum dos alunos cair e se machucasse nos degraus. “Felizmente, isso não aconteceu”, lembra, e logo em seguida dá uma risada.

Para driblar o barulho do entra e sai de aluno, da explicação de professores em sala de aula e de veículos que passavam nas ruas próximas, o jeito era aplicar caixas de ovo nas divisórias que separavam as salas de aula. As caixas funcionavam como um estúdio improvisado e abafavam o som de cada ambiente. Era ali que a professora Maria Ângela treinava os estudantes da oitava

Colégio com Ideb abaixo da meta recebe mais verbas federais do que todas as escolas visitadas

O colégio Presidente Roosevelt fica na subida de um morro, na parte continental de Florianópolis. Mesmo sendo uma escola do estado, a pintura de suas paredes é rosa claro; as que não têm essa cor é porque foram cobertas com pedras, fazendo de lá uma espécie de castelo. Ele é um dos 293 estaduais de Santa Catarina que não atingiram a meta estipulada pelo Instituto em 2009. Era para a escola atingir 3,3, mas o que ela conseguiu foi um 2,6, o segundo Índice mais baixo de Florianópolis.

Boa parte dos 627 estudantes mora no mesmo bairro onde a escola fica, em Coqueiros. Há alta rotatividade de alunos vindos de outras localidades — que saem de Florianópolis e retornam para os municípios de origem — e de profissionais. “Você dá a capacitação hoje e o retorno deles não está garantido”, afirma a diretora Rosângela Medeiros, referindo-se aos professores contratados em caráter temporário, os ACTs. Esses fatores influenciam o Índice do colégio. “Quem não conhece, vê uma escola incapacitada.”

O baixo Ideb pode ser ruim para a imagem externa, mas pode trazer benefícios financeiros. No ano passado, a Associação de Pais e Professores de lá ganhou, pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, mais de R\$ 87 mil — quase o dobro da verba destinada, no mesmo período, à soma das cinco escolas estaduais de alto Ideb visitadas na reportagem. É o terceiro maior repasse do PDDE feito em Florianópolis, valor superior ao recebido pelo Instituto Estadual de Educação, colégio da rede pública com 4.176 estudantes.

O valor recebido pelo colégio de Coqueiros é alto porque, além da quantia enviada todo ano, ali estão incluídos R\$ 36 mil do chamado Plano de Desenvolvimento da Escola, o PDE-Escola. A verba, dada só para quem tem baixo Ideb, deve ser usada em ações que melhorem a qualidade da educação nas instituições públicas de ensino básico. A diretora do colégio Presidente Roosevelt é relutante ao falar sobre o assunto, mas diz que a verba, “cerca de R\$ 30 mil”, foi investida em ações de capacitação dos professores, compra de materiais didático-pedagógicos e reforma na infraestrutura. Os objetivos com o PDE-Escola precisam estar bem melhor explicados no

relatório enviado ao governo federal, pois o dinheiro só é liberado se esse plano de trabalho detalhar todas as ações de melhoria. Para montar o projeto, Rosângela Medeiros conta com a ajuda da Secretaria de Estado da Educação. Dificilmente o plano costuma ser reprovado, já que pode ser feito de acordo com o que o Ministério da Educação recomendar.

Outra parte do repasse federal para a escola vem do programa Educação Integral, também conhecido como Mais Educação. Os mais de R\$ 31 mil repassados em 2011 precisam ser usados em ações socioeducativas para os estudantes, como aulas de artes e de reforço. Um dos pré-requisitos para receber o Mais Educação é ter um baixo Ideb. No colégio Presidente Roosevelt, são dadas aulas de música e de dança para alunos do ensino fundamental.

Aluna da oitava série no ano passado, Vanessa da Luz Lima não poderia participar dessas aulas extras. Morava sozinha no centro da capital e, para pagar as contas, trabalhava em um supermercado e em uma lanchonete. Hoje, na primeira série do ensino médio, ela lembra mais dos cursos extracurriculares do que de um tal Índice sobre o qual os professores falavam na época. “Ano passado fomos bem. Eles comentam conosco se está bom ou se está ruim”, diz a estudante, enquanto aguarda no pátio a próxima matéria começar, pois o professor de matemática, disciplina dada naquele período, rompeu o contrato com a escola. Com ela, outros jovens ficam no pátio esperando, situação frequente por lá. “Lembro que na sétima série, isso aconteceu umas quatro vezes.”

Para que o colégio de Coqueiros receba a verba destinada às melhorias de ensino, a Secretaria de Estado da Educação (SED) comprometeu-se, anteriormente, a cumprir o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em todos os colégios estaduais. Só assim o governo federal faria o repasse “voluntário” — aquele vinculado a políticas de Estado, caso do PDE-Escola e do Mais Educação. A SED verifica sua “promessa” acompanhando a evolução do Índice em suas escolas. “Mesmo que a sua escola não queira, se o Secretário de Educação desejar, vocês vão aderir. E se não aderir, não receberão recurso”, explica a pesquisadora em reformas educacionais na América Latina, Roselane Fátima Campos.

série que, em 2009, contribuíram para o resultado de melhor Ideb das escolas públicas estaduais de Santa Catarina — o mesmo Índice do colégio militar, de Florianópolis.

A sorte do aluno Marcos Aluísio Mantovani é que, quando houve a mudança da escola, ele ainda estava na segunda série e provavelmente era um dos meninos que corria apressado nas escadas do antigo prédio da Prefeitura. Quando foi a sua vez de participar da Prova Brasil, no ano passado, a estrutura do colégio ainda cheirava a nova — e completava um ano de existência.

Em 2012, a pintura vermelha e verde da escola ainda está brilhante, apesar do entra e sai de alunos pequenos que adoram passar as mãos nas paredes. No primeiro andar do colégio, o pátio fechado dá sinais de que existem alunos produzindo ali: penduradas por um cordão, várias folhas expõem desenhos da Mônica, personagem do cartunista Maurício de Souza, na mesma pose e com a mesma roupa de Mona Lisa, a pintura de Leonardo da Vinci. Os alunos que passam pela fileira de desenhos param para observar qual está mais bonito e, vez ou outra, exibem-se por terem sido os autores do trabalho.

Desenhos também alertam o visitante que a Escola de Educação Básica Osvaldo Aranha, em Joinville, está próxima. A dez metros do portão da escola, jogadas na rua junto com um aglomerado de lixo, duas ilustrações mostram um sol com olho e boca e uma família de mãos dadas, colorindo com lápis-de-cor as folhas brancas. As ilustrações são típicas de um aluno da educação infantil, período de ensino que o colégio estadual atende com um número reduzido de vagas; o foco da instituição é o ensino médio.

A prioridade com os estudantes mais velhos não tirou da escola joinvilense o mérito por ter conseguido o Ideb mais alto da região norte de Santa Catarina, entre as escolas da rede estadual. O Índice 5,6 foi resultado da avaliação feita por alunos da oitava série, que ainda estão no ensino fundamental e que geralmente só completam uma turma no colégio, enquanto as salas de ensino médio ultrapassam três.

A escola Osvaldo Aranha fica em um bairro tradicionalmente alemão de Joinville, quase na saída do município. Lá, grande parte dos moradores é idosa, o que faz com que a escola atenda estudantes de outros dois bairros, atraídos pela fama de bom colégio. “Eu tenho amigos que estudam na escola particu-



Diretora do colégio de Joinville conseguiu ônibus para levar os alunos de bairros afastados

lar Positivo e os conteúdos são bem parecidos com os daqui”, conta Rômulo Antônio Monteiro Ferreira Vas, prestes a completar quatro anos estudando no colégio.

A amiga de Rômulo Vas é uma das alunas que mora em outro bairro e estuda no Oswaldo Aranha. Assim como a maioria dos matriculados no colégio, Taize Wilbert vai e volta das aulas com um dos quatro ônibus que a direção conseguiu para os estudantes que moram afastados. Quando dá 11h30, quase na hora de bater o sinal para o fim das aulas, lá estão os três ônibus de viagem e um amarelo igual ao do transporte urbano do município, estacionados na saída da escola e com as portas abertas para receber os alunos. Já quem mora nas redondezas lota as vagas do bicicletário, fazendo jus ao título de “Cidade das Bicicletas” que Joinville tem.

Ajudas como essa são mais fáceis de serem conseguidas quando a escola atinge um Ideb acima da meta estipulada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Com os dedos enfeitados por anéis dourados e unhas coloridas de vermelho, a diretora Daniela Azambuja gesticula para dizer que tem contato com políticos e empresários e utiliza o bom Índice para conseguir benefícios para o colégio. Ela

destaca que o transporte para os alunos é um mérito da direção. Por iniciativa própria, Daniela ligou para um vereador e conseguiu que ele disponibilizasse os ônibus todos os dias para os estudantes.

Desde 2009, quando assumiu a direção do Oswaldo Aranha, ela desenvolveu um projeto para reformar a escola e “criar ambientes escolares não só para os alunos, mas também para o professor”. Recebeu R\$ 31 mil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do governo federal, valor que foi dividido em duas parcelas. O projeto permitiu uma reforma na biblioteca, para que os professores trabalhassem mais a leitura com os alunos, além de trocar equipamentos e renovar ambientes do colégio, como a sala multimídia, mais conhecida como a “sala azul”, que têm nas paredes uma sequência de imagens das pessoas que marcaram a história da humanidade — entre elas Che Guevara e Charles Chaplin. O lugar possui, ainda, uma televisão com tamanho suficiente para quem está no fim da sala enxergar o filme que é passado pelo professor “orientador de convivência” — um profissional que fica após o almoço com os alunos e auxilia-os com atividades extraclasse. A diretora diz que, na época da reforma, sa-



Colégio de Curitiba ganha livros do MEC e da SED, mas não tem bibliotecária. Para diretor Fábio Fogaça, isso prejudica o trabalho com estudantes

íram oito caminhões de lixo com entulhos e móveis velhos. “Mesas, cadeiras... O que fedia de mofo e à naftalina eu modifiquei.”

O cheiro que incomodava a diretora Daniela Azambuja não está na lista de problemas da Escola de Educação Básica Santa Terezinha, em Curitiba. O colégio, que obteve o maior Ideb do planalto catarinense, tem a vantagem de utilizar a estrutura de uma escola particular do município. O único cheiro que os alunos sentem nas salas de aula é o da cera, responsável por polir todo o chão de madeira do prédio fundado por uma congregação cristã, em 1933.

Quando os estudantes participaram da Prova Brasil, que ajudaria a definir o Índice da escola estadual, o colégio era um tanto diferente. As salas de aula ainda não tinham ventilador, os corredores não tinham câmeras de segurança e as freiras da Congregação da Sagrada Família de Maria, que alugam o prédio para a escola estadual,

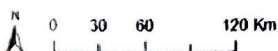
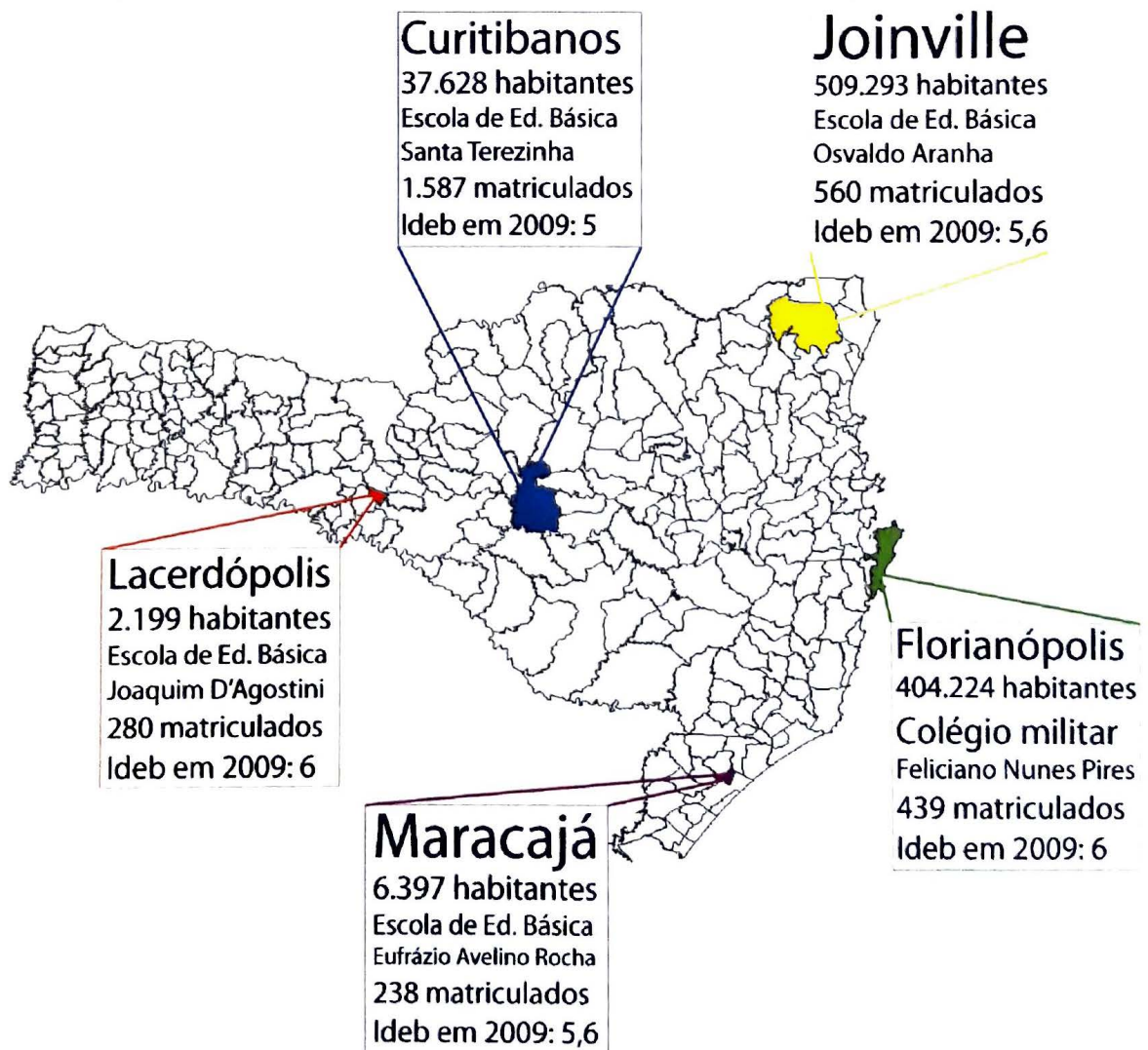
também não tinham ajudado com R\$ 8 mil as obras de acessibilidade do colégio.

A falta desses investimentos não tirou o mérito da escola de Santa Terezinha ter alcançado, em 2009, o melhor Ideb do planalto, que também foi o menor Índice entre as regiões de Santa Catarina: 5. Ano passado, porém, com a verba que vem todo ano do governo federal, e com um dinheiro a mais para um projeto de acessibilidade do colégio, a escola ganhou outra cara. Agora ela tem rampas, corrimãos e equipamentos para o ensino do Braille.

Toda a reforma estrutural do Santa Terezinha veio depois de uma mudança pedagógica, que começou assim que o Ideb foi criado, em 2007. Para aumentar o Índice da escola, os professores fizeram reuniões e estudaram as questões da Prova Brasil. Até então, os alunos não eram acostumados às perguntas interpretativas que a Prova contempla. “Agora, eles fazem questões mais pensativas em sala de aula”,

Ajuda de políticos e empresários é mais fácil de ser conseguida quando a escola atinge um Ideb acima da meta estipulada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Municípios visitados durante a reportagem



Mapa: Mapas para colorir/IBGE | Fontes: Censo Escolar 2011/Inep, Censo 2010/IBGE

Na Secretaria de Estado da Educação, não há informações sobre o que será feito depois de 2021 — apenas que a avaliação das escolas continuará. O futuro do Índice também é incerto para o Inep

conta o diretor Fábio Augusto Fogaça. A mudança foi tanta que, hoje em dia, os alunos da quarta e da oitava série são obrigados a fazer uma avaliação só com questões de diferentes anos da Prova Brasil, que vale como uma nota regular das disciplinas de português e matemática. Fábio diz que a iniciativa rendeu uma ligação da Gerência Regional de Educação, que ficou interessada no sistema e pretende ampliá-lo para outras escolas estaduais.

O diretor gostou da possibilidade de ser exemplo para outros colégios e, por isso, preocupou-se com o comportamento dos seus alunos. Distribuídas pelos corredores que levam às salas de aula e pelo pátio do Santa Terezinha, foram instaladas 16 câmeras para “saber quem fez o quê”, em casos de brigas, e para proteger o patrimônio da escola. “A gente tem guarita, mas não tem porteiro”, justifica-se. Parte da verba para a compra dos equipamentos foi enviada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, mas a outra parte não teve jeito; o colégio pagou com as festas organizadas pela Associação de Pais e Professores. A mais tradicional delas, realizada em julho, atrai toda a comunidade para o salão da igreja mais próxima.

O colégio Santa Terezinha também sabe fazer festa quando o assunto é futebol. As dezenas de troféus que os alunos ganharam pela prática do esporte ficam expostos, quase que espremidos, na secretaria da escola ou na estante em um dos corredores. Enquanto admira os objetos reluzentes, o diretor fala que o objetivo do seu colégio é ser melhor do que o Casimiro de Abreu, outra escola estadual da região. E a competição que acontece dentro do campo de futebol é levada para dentro da sala de aula, quando o assunto é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. “Por isso que eu digo: o Ideb é como se fosse um troféu para a escola.”

Para que a imagem do colégio seja favorecida com o Índice, a que Fábio considera um troféu, a direção precisou participar de outra etapa, que acontece no mesmo dia de aplicação da Prova Brasil. A diretoria de todos os colégios teve de preencher um questionário de seis páginas, com 130 perguntas de múltipla escolha elaboradas pelo Instituto, a respeito das características socioeconômicas da escola. Além da pesquisa com a direção, também havia questões para alunos, para professores de português e matemática e um formulário que deveria ser respondido pelo aplicador da Secretaria de Estado da Educação, no dia da Prova.

As respostas colhidas no mesmo dia da Prova Brasil alimentam os bancos de dados do Ministério da Educação e ajudam a contextualizar as condições em

que o ensino acontece. Porém, por mais que esse contexto seja importante, ele não aparece no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, já que o Ideb é composto somente do resultado na Prova e da taxa de aprovação dos alunos. “Por exemplo, a evasão escolar tende a ser maior no meio urbano que no meio rural. Mas quando a gente olha o Índice, só aquele número, esse e outros fatores inter e intraescola não aparecem. A região, as características da localização do colégio, tudo isto pode influenciar”, explica Roselane Fátima Campos, especialista em reformas educacionais na América Latina.

Os próprios técnicos da Secretaria de Estado da Educação (SED) admitem que certas regiões estão mais propensas a ter colégios de baixo Índice. “Na região da Grande Florianópolis, por exemplo, as escolas que não alcançaram o Ideb estão nos chamados bolsões de pobreza”, diz a assessora de Educação Básica, Patrícia de Simas Pinheiro. Ainda assim, ela garante que todas as Gerências Regionais de Educação do Estado, representantes da SED em cada uma das regiões catarinenses, apresentam escolas abaixo da meta.

Essas características socioeconômicas influenciam não só quem tem baixo Ideb, mas também as instituições com bons resultados e, inclusive, igualam escolas estaduais localizadas em municípios com características bem diferentes, como é o caso de Florianópolis e Lacerdópolis. A capital tenta dar conta dos mais de quatrocentos mil habitantes e das pessoas que fazem de lá um local de chegada, buscando moradia, estudo ou emprego. Já a cidade do oeste catarinense é ponto de partida. Muitos jovens costumam terminar o ensino médio no Joaquim D’Agostini e sair de lá em busca de oportunidade e de uma faculdade para fazer. Esse problema não ocorre com os formados do Colégio Militar, de Florianópolis, que estão a um quilômetro de distância de uma universidade federal.

Quem decide ficar em Lacerdópolis tem sua vida influenciada pela produção de suínos e aves, as duas principais fontes de sustento da população local. Já em Florianópolis, a economia é movida pelos milhares de turistas que a visitam todos os anos, além de outros setores produtivos, como a construção civil e a tecnologia, que contribuem para fazer de lá a capital com maior renda per capita do país: R\$ 1.573. O valor é alto, mas mal distribuído na prática. Basta ver os arredores do colégio militar: ele fica entre o bairro Santa Mônica, um dos mais caros da Ilha, e a favela do Morro da Penitenciária, na região da Trindade.

Perto do colégio de Florianópolis

também fica a Capelania Militar Cristo Rei, que realiza missas para os policiais e concorre com pequenos templos evangélicos nas proximidades. Em Lacerdópolis, próxima da escola Joaquim D'Agostini, a Matriz São Francisco das Chagas é uma das poucas atrações turísticas do município. Para atender os católicos, maioria por lá, existe essa igreja no centro da cidade e em cada uma das dez colônias — áreas rurais, muitas delas sem pavimentação, todas com nomes de santos, como São Roque, Santo Antônio e São Cristóvão. Somando os estudantes que moram nas colônias e no centro da cidade, o colégio estadual tem como alunos cerca de 10% da população lacerdopolitana.

Ainda no interior, outra cidade com escola de alto Ideb tem forte tradição católica. Em Curitiba, o colégio Santa Terezinha, uma das sete instituições de ensino estaduais do município, tem nome de santa e abriga as freiras da Congregação da Sagrada Família de Maria, que dormem no andar de cima do colégio. A Igreja Matriz fica logo ao lado, em frente à Praça da República — lugar que os alunos costumam frequentar.

O estudante Rafael Menon Rozental, de topete arumado e brincos de *strass* nas orelhas, tem por hábito reunir-se na praça com os colegas, já que as opções de lazer do município são limitadas. “A gente costuma comprar uma Coca-Cola e ir pra lá.” No fim do dia, Rafael volta para casa caminhando por uma estrada de terra, no bairro São Francisco. Segundo o estudante,

mesmo morando ao lado do centro, seu bairro é mais pobre e abriga muitos produtores rurais e trabalhadores do campo — características que o Ideb 5 da escola não consegue mostrar.

Algumas mudanças na composição do Índice poderão ocorrer até 2021, ano em que acaba o prazo para o Brasil alcançar o Ideb 6. Mas nenhuma alteração pretende incluir informações sobre o contexto das escolas. Em 2012, o atual Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou que pretende incluir questões de ciências nas próximas edições da Prova Brasil — um dos indicadores usados para compor o Índice. “Estamos fazendo reuniões com o MEC para definir as mudanças”, afirma a coordenadora geral da Diretoria de Estudos e Pesquisas da Avaliação da Educação Básica do Instituto, Clara Etienne Lima de Souza.

As perspectivas para a medição do Ideb depois do Bicentenário da Independência do país são incertas para os responsáveis pela prova. Na Secretaria de Estado da Educação, não há informações a respeito do que será feito depois de 2021 — apenas que o trabalho de avaliação e acompanhamento das escolas estaduais deve continuar. O futuro do Índice também é incerto para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. “Considerando a dimensão que ele tomou, como referência sobre qualidade da educação no Brasil, poderia apostar na continuidade da avaliação por meio do Ideb. Nós do Instituto estamos prontos pra isso. Podemos definir novas metas e continuar

Para diretores, greve de 2011 na educação vai prejudicar resultados da última Prova Brasil

Além de não indicar problemas socioeconômicos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica não é capaz de mostrar algumas questões políticas. Um exemplo foi a greve dos professores de toda a rede estadual, realizada por mais de dois meses em 2011. Entre as cinco escolas consultadas, quatro participaram da paralisação. Somente o colégio militar não aderiu, já que os profissionais de lá não são subordinados à Secretaria de Estado da Educação (SED), e sim à Polícia Militar do Estado.

Durante 62 dias, o colégio Santa Terezinha, de Curitiba, dispensou mais de 1.200 alunos em função da paralisação. A escola abriu, mas eles não eram obrigados a ir, já que, para a Secretaria de Estado da Educação, aquela situação não foi causada pelos estudantes. Em função deste período, o resultado esperado para o Ideb de 2011 pelo diretor Fábio Fogaça não é dos melhores. Antes de fazer a Prova Brasil — um dos componentes do Índice — os alunos receberam 15 dias de reposição e ficaram no colégio até depois do Natal. “Até julho os conteúdos do ano foram trabalhados. Depois, complicou. Por mais que você queira fazer um trabalho condensado, não é possível repassar tudo”, afirma Fogaça. Além da corrida contra o tempo, a falta de motivação dos professores também atrapalhou. “Foi um falso retorno. Tivemos dias a mais na escola, mas não tivemos

aulas de qualidade.”

No norte do estado, para contornar a falta de professores, a diretora do colégio Osvaldo Aranha, em Joinville, teve de gastar a sola do sapato. Desde o início do ano, Daniela Azambuja alertava os alunos sobre a importância da Prova Brasil. Durante a greve, ela passou nas salas de aula e pediu para as turmas estudarem para o teste. Afinal, um bom resultado na Prova é fundamental para que o Ideb também seja alto. “Os alunos foram prejudicados. Tenho receio desse próximo resultado.”

Os resultados das escolas na Prova Brasil ainda não foram divulgados, mas a movimentação dos professores durante a greve trouxe consequências. A principal solicitação era o pagamento do piso nacional estabelecido para a categoria: R\$ 1.187,08. Na época, a Secretaria de Estado da Educação argumentou que só poderia pagar o piso se incorporasse ao salário os abonos recebidos pelos profissionais da educação, o que, para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC), era considerado ilegal e insuficiente. Ao final da paralisação, as reivindicações feitas pelos docentes foram, em partes, aceitas: a SED aceitou pagar o piso e os abonos separadamente, mas a negociação de um plano de carreira baseado no novo salário continuou em 2012.



Rotina: Rafael Rozental (dir.) costuma encontrar os amigos na Praça da República. Para ele, Curitibanos não tem muitas opções de diversão para jovens

calculando o indicador. Essa será uma decisão do Ministério da Educação em articulação com as redes de ensino”, explica Carlos Eduardo Moreno Sampaio, diretor de Estatísticas Educacionais.

Enquanto as apostas do diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira não se concretizam, estudantes da capital e do interior continuam a alimentar as variáveis do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o “número desencarnado”, mesmo sem percebê-lo ou entendê-lo muito bem. É o caso de Rafael Menon Rozental, o estudante de Curitibanos que sonha fazer o curso de Educação Física. Ele soube da importância do Ideb pela tia, pedagoga de uma universidade do município, e passou a dar mais valor ao Índice. “Ela disse que temos que ter um resultado melhor. Isso vai trazer benefícios pro colégio, eu acho.”

Enquanto Rafael acha, o governo federal tem cer-

teza que o empenho em atingir as metas do Ideb vai trazer benefícios para a educação, em escala nacional. O desejo em alcançar um Índice que é comparável à qualidade de ensino dos países desenvolvidos reflete uma vontade ainda mais ampla: a de ser considerado uma nação de ponta, de acordo com a classificação mundial. Para isso, a política educacional que influencia os estudos de Rafael é alinhada ao crescimento econômico que o governo espera ver, a partir do incentivo das áreas tecnológicas e inovadoras. A provável inclusão da disciplina de ciências na Prova Brasil é um exemplo desse direcionamento. E até que os resultados esperados para 2021 sejam atingidos, alunos, professores e diretores das escolas brasileiras se adaptam ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Eles estão cientes de que precisam ter um bom Ideb, mas assim como o aluno de Curitibanos, ainda não têm certeza sobre a eficiência do indicador.

Expediente

Grande reportagem em texto apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina

Reportagem, fotografia, infografia e diagramação: Claudia Mebs Nunes e Diego Cardoso

Orientação: Luiz Alberto Scotto de Almeida

Florianópolis, junho de 2012